

Documentação	
Fonte	W.W.W. Viaecologica.com.br
Data	21/9/2001 Pg. _____
Class.	155

Brasília, sexta-feira, 21 de setembro de 2001. - www.viaecologica.com.br

19/09/01 - 23:19 - Ex-líder da direita UDR desrespeita ambientalista e reunião do Código Florestal acaba em impasse

Terminou em impasse, por volta das 19h40, a terceira rodada de negociação entre governo, parlamentares, ambientalistas, Contag e representantes da bancada ruralista, na liderança do governo no Congresso. Na terça-feira pode haver novo encontro, mas o impasse já está criado: parte das organizações ambientalistas retira-se do debate e vai denunciar a ameaça de aumento do desmatamento. Ao final de mais de duas horas de reunião, o encontro foi encerrado quando o ex-líder ultra-direitista da UDR (União Democrática Ruralista), deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), desacatou o advogado Andre Lima, representante da coalização de quase 300 organizações não governamentais da campanha SOS Florestas, em tom grosseiro e de modo desrespeitoso, dizendo aos berros que o ambientalista não podia falar em nome da sociedade. Outro ambientalista dentre os presentes à reunião levantou-se e enfrentou de frente Ronaldo Caiado, que gritava ter sido eleito com 100 mil votos em Goiás e que os ambientalistas não podiam falar em nome da opinião pública. Após troca de insultos, com Ronaldo Caiado usando termos de baixo calão e sendo respondido à altura, os demais deputados interferiram e resolveu-se colocar um fim à reunião. O que foi considerado como algo positivo porque, ao longo do encontro, o representante do governo, ministro interino do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, já havia feito uma série de concessões aos ruralistas, concordando com partes do projeto de conversão do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) aprovado no último dia 5 e que até agora eles não conseguiram levar a votação em plenário. Os ruralistas não reconheceram o gesto de boa vontade do governo e tentaram avançar ainda mais em seus objetivos, como excluir as áreas urbanas do Código Florestal. Os dois principais pontos de concessão do governo foram a admissão da soma das áreas de reserva legal com as áreas de proteção permanente nas pequenas propriedades privadas e na Amazônia Legal para efeito de cumprimento da lei ambiental e também a substituição, no futuro, dos atuais percentuais de reserva legal nas fazendas por zoneamento ecológico-econômico. Não houve acordo em torno do conceito de compensação, pelo qual quem não mais dispõe de reserva legal poderia pagar a outro proprietário que tenha uma área maior de vegetação preservada, desde que seja na mesma bacia hidrográfica (ou no mesmo bioma, como admitiu o deputado Fernando Gabeira, do PT do Rio, com a concordância do Ministério do Meio Ambiente). Ficou claro que o representante do ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, continua autorizado pelo governo a fazer o jogo do lado dos ruralistas, enquanto o Ministério do Meio Ambiente era ridicularizado por Ronaldo Caiado e outros ruralistas como "ministério das ONGs". A representante do ministro da Reforma Agrária, Marília Marreco, manteve posições coerentes com a defesa do Código Florestal, embora concordando com o acerto feito dentro do governo na parte da manhã. Este jogo duplo do governo abria espaço às investidas dos ruralistas, com os ambientalistas e os parlamentares que os apoiam mostrando-se preocupados há dias, pois poderia conduzir à falsa impressão de acordo que permitisse a votação em plenário da matéria que o presidente Fernando Henrique Cardoso já prometera vetar, de modo a não admitir de forma alguma ser acusado de responsável

Documentação

Fonte www.Viaecologia.com.br

Data 21/9/2001 Pg. _____

Class. 155

pelo aumento do desmatamento no país. Outras reuniões podem ocorrer, mas a tendência do movimento ambientalista é radicalizar e denunciar as manobras ruralistas para a sociedade, de modo a levar o governo a manter a defesa da medida provisória que impôs o atual Código Florestal, amplamente negociado com a sociedade através do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Organizações de peso como o Greenpeace já estavam fora das negociações, por não concordar com os entendimentos de bastidores que possam levar a um enfraquecimento da posição ambientalista, de defesa das reservas legais nas fazendas particulares na base de 80% na Amazônia, 35% no cerrado e 20% nos demais ecossistemas brasileiros. Outras ONGs que continuavam negociando em nome da campanha SOS Florestas eram o Instituto Socioambiental (Isa), o WWF Brasil, o Inesc, a Rede da Mata Atlântica e o Fórum das ONGs Ambientalistas do DF e Entorno, que agora deverá romper as negociações e se retirar das conversações, passando a buscar sensibilizar as lideranças políticas progressistas e setores do governo federal para que não recuem da defesa da medida provisória em vigor e nem permitam a colocação em votação do projeto de conversão dos ruralistas. O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, está no exterior. A não indicação de seu pai para a presidência do Senado, em substituição a Jader Barbalho que renunciou ontem (18), pode significar que o governo federal não está dando a devida importância para as ameaças ruralistas de colocar a matéria em votação no plenário e na verdade teme fortalecer o principal defensor da medida provisória do Código Florestal atual, que é o ministro Zequinha Sarney. Há rumores no Maranhão que ele pode sair candidato não mais por seu partido, o PFL, mas pelo Partido Verde. O rompimento das negociações em torno do Código Florestal poderá fortalecer a tendência de ambientalistas aceitarem disputar cargos no próximo ano pela até agora enfraquecida legenda do PV, apoiando o candidato do PT somente no segundo turno. (Para enviar emails de protesto entre no site <http://www.sosflorestas.com.br>).